

TRÊS FARMACÊUTICOS CÉLEBRES
DE COJA

MANUEL JOSÉ FERNANDES COSTA

(1870 - 1952)

ALOÍSIO FERNANDES COSTA

(1906 - 1980)

JOSÉ CARDOSO DO VALE

(1911 - 2010)

João Rui Pita*; Célia Cabral**; Lúgia Salgueiro***

*Faculdade de Farmácia; CEIS20 – Universidade de Coimbra.E-mail:jrpita@ci.uc.pt

**Bolsista de Pós-Doutoramento da FCT; CEIS20; CEF-FFUC — Universidade de Coimbra.E-mail:emdscabral@gmail.com

*** Faculdade de Farmácia; CEF-FFUC — Universidade de Coimbra.E-mail:lúgia@f.uc.pt

RESUMO

Este estudo tem como objectivo dar a conhecer e distinguir alguns farmacêuticos relacionados com a antiga e prestigiada vila de Coja. Reunimos três farmacêuticos, cientistas e homens de cultura que estão relacionados entre si por laços familiares, que se articulam cientificamente porque trabalharam e realizaram intensa actividade na mesma instituição — a Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. Esses vultos são: Manuel José Fernandes Costa, Aloísio Fernandes Costa e José Cardoso do Vale.

O estudo centra-se, sobretudo, no perfil científico dos biografados. Contudo, temos a consciência, porque tanto as fontes manuscritas como as fontes impressas assim nos indicam, que realizámos apenas uma introdução biográfica a três notáveis figuras da ciência portuguesa do século XX.

Palavras-chave: Manuel José Fernandes Costa; Aloísio Fernandes Costa; José Cardoso do Vale; farmacognosia; história da farmácia

INTRODUÇÃO

Este texto¹ tem por base uma conferência realizada no dia 13 de Setembro de 2012 em Coja, subordinada ao tema. “Farmacêuticos célebres de Coja”². Nessa conferência foram abordados três vultos da história da farmácia portuguesa relacionados directa ou indirectamente com a vila de Coja: os Professores Doutores Manuel José Fernandes Costa, Aloísio Fernandes Costa e José Cardoso do Vale. Estes três professores são vultos relevantes da história da Faculdade de Farmácia desta Universidade e três personalidades que se relacionam entre si do ponto de vista familiar e científico. É por essa relação de afinidades científica e familiar que os abordamos neste estudo.

Através deles homenageamos, também, simbolicamente, muitos outros farmacêuticos do concelho de Arganil. Poderíamos ter

1 - Este estudo insere-se no âmbito dos trabalhos de investigação do Grupo de História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20 (PEST-OE/HIS/UI0460/2014) e também do projecto de pós-doutoramento “História da Farmacognosia em Portugal” (SFRH/BPD/68481/2010).

2 - João Rui Pita, “Farmacêuticos célebres de Coja”. Conferência proferida no ciclo de conferências “Encontros sobre a história do concelho de Arganil” que decorreram entre 16 de Março e 15 de Novembro de 2012. A sessão teve lugar na Biblioteca Alberto Martins de Carvalho em Coja no dia 13 de Setembro de 2012.

falado de muitos outros farmacêuticos. Ficará essa temática para outra oportunidade. Sublinhe-se que ao circunscrevermos a presente abordagem a estas três personagens da história da farmácia temos um denominador comum que é a ciência dos fármacos naturais — a farmacognosia.

Com efeito, tanto Manuel José Fernandes Costa, como Aloísio Fernandes Costa e José Cardoso do Vale foram pedagogos de prestígio e cientistas que lançaram as bases e consolidaram a história natural das drogas — depois farmacognosia — na Faculdade de Farmácia de Coimbra e, estamos certos, contribuíram para a sua consolidação no nosso país enquanto disciplina científica.

O Laboratório de Farmacognosia que hoje existe na Faculdade de Farmácia de Coimbra teve a sua génese com Manuel José Fernandes Costa e consolidou-se cientificamente com os trabalhos e lideranças de Aloísio Fernandes Costa e José Cardoso do Vale. Um trabalho notável de significativo impacto científico e pedagógico.

As bases lançadas e os trabalhos de investigação realizados de forma pioneira em Portugal fizeram escola e ocasionaram, posteriormente, com outros protagonistas, a afirmação internacional do referido laboratório e a expansão por ramos mais diversificados do saber dentro do vasto campo temático da farmacognosia.

Breve história da Faculdade de Farmácia de Coimbra e do Laboratório de Farmacognosia



Fig 1 — Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra em 1937 (Notícias Farmacêuticas, 1937). Fotografia. Cliché de A. Rasteiro, Coimbra. Foto inserida num número especial da revista, comemorativo do IV Centenário do estabelecimento definitivo da Universidade em Coimbra, 1537-1937.

A história do ensino e da investigação em farmacognosia está intimamente relacionada com a origem do ensino farmacêutico e com toda a história do ensino farmacêutico na Universidade de Coimbra.

A *matéria médica* era a área do saber devotada ao estudo das drogas e suas aplicações medicinais. Podemos considerar a *matéria*

médica como uma antecessora da farmacognosia e da farmacologia. A *matéria médica* estava relacionada com a arte farmacêutica ou a *arte de botica*, isto é, com a transformação dessas mesmas drogas, sobretudo vegetais, em medicamentos tirando partido de operações farmacêuticas diversas para essa mesma transformação.

A aprendizagem da farmácia ou da *arte farmacêutica* ou *arte de botica* entendida no seu todo compreendia, por isso, duas componentes: o estudo das drogas necessárias à preparação dos medicamentos e o estudo das operações farmacêuticas necessárias à preparação desses mesmos medicamentos — a arte farmacêutica ou farmácia propriamente ditas.

Em Portugal, do ponto de vista institucional, podemos dizer que isto aconteceu desde a origem do ensino ou aprendizagem da farmácia no século XVI até à reforma de Passos Manuel em 1836. Desde finais do século XVI e até finais do século XVIII, tudo parece indicar que o regime foi semelhante. A duração do curso era de seis anos: nos primeiros dois anos os candidatos a boticários aprendiam latim e depois praticavam numa botica de reconhecido mérito. No final havia o exame na Universidade. Todos os que quisessem ser boticários pela Universidade de Coimbra tinham este regime de estudos que era essencialmente prático, dirigido pelo mestre boticário que os recebia na botica, destinado a cristãos-velhos e onde o conhecimento das plantas medicinais era fulcral para a preparação dos medicamentos³. Paralelamente a este regime havia a via do Físico-Mor que não obrigava a inscrição na Universidade⁴. O curso não conferia diplomas superiores tal como acontecia noutros países europeus. Até 1836 vigorou esta dupla via de acesso à profissão.

Com a reforma pombalina da Universidade de Coimbra (1772) o ensino farmacêutico passou a ser realizado dentro dos muros da Universidade de Coimbra. Esta foi uma das inovações mais relevantes. O curso de boticários era de quatro anos sendo os dois primeiros de prática no Laboratório Químico e os outros dois de prática no Dispensatório Farmacêutico. O domínio do latim era condição essencial. Se no Laboratório Químico aprendiam as ope-

3 - Muito haveria a dizer sobre este regime de estudos. Contudo, essa abordagem sai fora do âmbito deste estudo. Porém deve sublinhar-se que há fontes que nos indicam a existência de cartas de boticários desde o século XIV. A exigência de obrigatoriedade de diploma para o exercício da actividade é dada através do Regimento do Físico-Mor do Reino de 1521. Sobre o assunto veja-se, por exemplo, PITA, João Rui — *Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra: Livraria Minerva, 1996.

4 - Também sobre esta via do Físico-Mor há muito a referir. Contudo, não foi nossa intenção fazê-lo pois afasta-se do âmbito deste nosso estudo.

rações químicas e o manuseamento de aparelhos químicos, no Dispensatório Farmacêutico os futuros boticários aprendiam a arte farmacêutica, conhecendo as drogas relevantes para a preparação dos medicamentos, talvez estudando os tratados mais importantes da época nomeadamente farmacopeias e aprendendo as operações farmacêuticas necessárias à preparação dos medicamentos. Na época, para a generalidade dos boticários, o que era mais relevante eram o manuseamento das plantas: colheita, conservação e trabalho de transformação em medicamentos. As razões da sua utilização, as suas propriedades medicinais era um objectivo, em Portugal, essencialmente destinado para os médicos e menos para os boticários que tinham sobretudo preparação prática. O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, fundado com a reforma pombalina da Universidade, em 1772, tinha também como objectivo o estudo e cultivo de plantas medicinais. Próximo Dispensatório Farmacêutico era natural que houvesse alguma dinâmica de cultura de plantas medicinais. O Dispensatório Farmacêutico era governado por um boticário administrador e era tutelado pelo professor de Matéria Médica da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Contudo, continuava a existir nessa época a via do Físico-Mor que conquistava a maioria esmagadora dos que queriam ser boticários. Porém, deve sublinhar-se, que tanto nas boticas abertas ao público como no Dispensatório Farmacêutico o conhecimento e estudo das matérias-primas vegetais era imprescindível para o boticário. A selecção das plantas, os modos de conservação das drogas, o manuseamento dessas matérias-primas eram decisivos para a obtenção de um medicamento em boas condições. Por isso se justificava que um boticário e mais tarde farmacêutico tivesse bons conhecimentos sobre as plantas com propriedades medicinais⁵. Não só o boticário e farmacêutico mas também o médico. Devemos, também, sublinhar o valor dos tratados de matéria médica, das floras farmacêuticas e das farmacopeias como livros imprescindíveis para o estudo das drogas utilizadas na preparação de medicamentos.

Em 1836, com a reforma de estudos de Passos Manuel, o ensino farmacêutico em Portugal foi significativamente remodelado. Foram fundadas as Escolas de Farmácia de Lisboa, do Porto e de Coimbra sendo anexas as duas primeiras às Escolas Médico-Cirúrgicas;

5 - Não é nossa intenção sobre o que o boticário deveria saber em termos de plantas medicinais. Sobre essa material muito haveria a referir incluindo a separação das artes de curar e o papel do boticário da hierarquia das profissões sanitárias.

gicas; a última, a de Coimbra, ficou anexa à Faculdade de Medicina e resultou de uma remodelação do curso de farmácia já existente na Universidade desde 1772. Na Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra⁶ além da alteração institucional que ocasionou a fundação da Escola o plano de estudos de quatro anos continuou a ser seguido tendo sido introduzida a obrigatoriedade de frequência de disciplinas preparatórias de Zoologia, Botânica, Física e Mineralogia⁷. Todos os interessados podiam obter essa frequência na Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra ou nos liceus do país. Deste modo desejava-se imprimir uma formação científica mais profunda aos futuros farmacêuticos, alargando-se, igualmente, o nível de conhecimentos teóricos. Sublinhe-se a obrigatoriedade da frequência de uma disciplina de botânica o que reconhece o valor do conhecimento científico desta disciplina na formação dos farmacêuticos. Com a reforma de estudos de Passos Manuel terminou a via de acesso à profissão através do Físico-Mor. Contudo, entrou uma outra via paralela, alternativa ao ensino regular nas Escolas e que obrigava a um registo nas Escolas, prática numa farmácia e exame final na Universidade. Esta dupla via era a que conduzia à obtenção da maioria esmagadora dos diplomas de farmacêutico e perdurou oficialmente, sem contar com os prolongamentos e casos de excepção, até 1902.

Em 1902 a Carta de Lei de 19 de Julho⁸ reorganizou o ensino farmacêutico e as Escolas de Farmácia⁹. Foi uma reforma comum às três Escolas¹⁰. Pela primeira vez o ensino farmacêutico foi considerado superior e em Coimbra a Escola dependia da Faculdade de Medicina. O curso era de dois anos e composto por quatro cadeiras. 1ª cadeira: História Natural das Drogas. Posologia; 2ª cadeira: Farmácia química, análises microscópicas e químicas aplicadas à medicina e à farmácia; 3ª cadeira: Farmacotecnia, esterilizações; 4ª cadeira: Análises toxicológicas, química legal, alterações e falsificações de

6 - Reforma de estudos farmacêuticos e de fundação da Escola de Farmácia de Coimbra conferida pelo Decreto de 5 de Dezembro de 1836.

7 - Em Lisboa e no Porto a fundação da Escolas de Farmácia foi regulada pelo Decreto de 29 de Dezembro de 1836 e que apresenta especificidades quando comparado com o diploma que fundou a Escola de Coimbra.

8 - As reformas de estudos do ensino farmacêutico têm que ser entendidas e estudadas no contexto político e científico do país e, igualmente, no contexto científico internacional o que não é objectivo desta publicação.

9 - Esta reforma de estudos, tal como outras que a seguir se assinalam, causou significativa polémica e discussões, mesmo entre a comunidade farmacêutica.

10 - O Regulamento da Carta de Lei de 19 de Julho de 1902 é datado de 27 de Novembro de 1902 e publicado no Diário do Governo nº 280, de 1902. Sobre a Escola de Farmácia em 1902, veja-se o estudo de PITA, João Rui — *A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911)*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009.

medicamentos e alimentos. O ensino de todas estas cadeiras tinha componentes teórica e prática. Foi instituído, também, um curso auxiliar de deontologia e legislação farmacêutica¹¹. Não pretendemos neste estudo fazer uma abordagem profunda sobre a história da Faculdade de Farmácia de Coimbra. Apenas pretendemos traçar muito sumariamente a importância da farmacognosia no ensino da farmácia e o seu valor na Escola de Coimbra. A reforma republicana do ensino farmacêutico estabelecida por Decreto de 26 de Maio de 1911 determinou que as Escolas de Farmácia (de Lisboa, Porto e Coimbra) continuassem anexas às Faculdades de Medicina devendo “manter e caucionar a sua independência e autonomia” (artº 2º). Com esta reforma de estudos, no variado leque de disciplinas, surge o curso de Botânica Geral (1º ano) integrado na formação principal dos farmacêuticos; o curso de Botânica Criptogâmica (2º ano) e ainda a cadeira de História Natural das Drogas. Posologia (3º ano)¹². Enquanto que a História Natural das Drogas. Posologia era assegurada por um professor da Escola, a Botânica era assegurada por um professor da Faculdade de Ciências. Determinava ainda o texto oficial que a Escola de Farmácia dispusesse de um “Museu e laboratório botânico”¹³ para além de uma Biblioteca, Laboratórios químicos e Laboratório farmacêutico.

Em 1912 a Reitoria da Universidade de Coimbra dispensou à Escola de Farmácia o edifício da Casa dos Melos. Depois de obras de adaptação e restauro a Escola inaugurou as suas novas instalações em 1915. Pela primeira vez na Universidade de Coimbra a Escola de Farmácia passou a estar dotada de instalações próprias e com espaço específico para o ensino da farmacognosia.

Com o Decreto nº 4653 de 1918 as Escolas de Farmácia deixam de ser referenciadas como anexas às Faculdades de Medicina, reforçando-se a sua independência e autonomia já referidas no diploma de 1911. Sublinha-se no diploma de 1918 que são finalidades da Escola “educar profissionalmente os seus alunos e promover investigações científicas em todos os ramos de farmácia”¹⁴. Pela primeira vez de uma forma clara, directa e inequívoca a abrir um texto oficial surge o incentivo à investigação científica. As disciplinas

11 - A funcionar em moldes especiais, facultativo, a ser leccionado pelo professor substituto (Artº 104º do Regulamento da Carta de Lei de 19 de Julho de 1902).

12 - O Decreto previa uma duração de oito semestres para o ensino farmacêutico. Ver também o Decreto que regulamenta o Decreto de 26 de Maio de 1911, datado de 18 de Agosto de 1911 e publicado no Diário do Governo, nº 194, de 1911.

13 - Veja-se o Decreto de 18 de Agosto de 1911, Artº 114º.

14 - Artº 2º do Decreto nº 4653 de 1918.

estavam divididas em secções sendo a secção C) de História Natural compreendendo ensino de Botânica Geral (dois semestres – 1º ano), Criptogâmia e Fermentações¹⁵ (dois semestres – 3º ano), Bacteriologia (um semestre – 3º ano), História Natural das Drogas (dois semestres – 3º ano) e Zoologia Farmacêutica (dois semestres – 2º ano). O curso deveria ser leccionado em quatro anos. Determinava-se no artº 55 do mesmo diploma que “Para efeitos de trabalhos de investigação científica e habilitação dos seus alunos, as Escolas Superiores de Farmácia utilizarão os seguintes estabelecimentos: 1º — Biblioteca. 2º — Jardim, museu e laboratório botânico. 3º — Laboratório químico. 4º Laboratório farmacêutico. 5º — Laboratório hidrológico”¹⁶. Nesta sequência de afirmação científica das escolas e do ensino farmacêutico, em 1919, através do Decreto nº 5463, determina-se que todos os saíssem formados pelas Escolas de Farmácia tivessem o grau de licenciado. Em 1921¹⁷ as Escolas de Farmácia foram transformadas em Faculdades¹⁸. No caso das disciplinas relacionadas com a farmacognosia sublinhe-se a Botânica Geral (mantive-se no 1º ano) e a História Natural das Drogas (fazia parte do 3º ano). No artº 165º do diploma reorganizam-se os estabelecimentos da Faculdade destinados ao ensino e investigação. Com o Decreto de 1921 passaram a ser os seguintes: Horto botânico; Laboratório e Museu de História Natural; Laboratório de Farmácia Química; Laboratório de Farmácia Galénica; Laboratório de Hidrologia e Laboratório de Bacteriologia. Cada um destes estabelecimentos deveria ter um regulamento interno e eram considerados como “lugares de estudo e de investigação científica”¹⁹. Deste modo vemos que houve um desdobramento dos estabelecimentos destinados ao domínio da história natural das drogas. O Jardim, Museu e Laboratório botânico deram lugar a dois estabelecimentos: o Horto botânico e o Laboratório e Museu de História Natural. Se em 1921 nos confrontamos com

15 - Neste caso a criptogamia surge associada a fermentações, afastando-se algo da tradicional história natural e associando-se mais à problemática microbiológica. Contudo, apenas uma análise profunda dos programas sera suficiente para avaliarmos a condição e âmbito da disciplina.

16 - Artº 55º do Decreto nº 4653 de 1918.

17 - Decreto nº 7238 de 1921. O Regulamento das Faculdades foi publicado em diplomas distintos. Veja-se o regulamento da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra no Decreto nº 7668 de 13 de Agosto de 1921 publicado no Diário do Governo 1ª Série, nº 164.

18 - Não é nossa intenção abordar os diversos problemas e as diversas questões relacionadas com esta passagem de Escola a Faculdade. As discussões, mesmo internas, sobre a condição e estatuto do farmacêutico e sua formação científica é um assunto muito complexo e que sai fora do âmbito deste estudo.

19 - Artº 165º do Decreto nº 7668 que aprovou o Regulamento da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

a criação legal autónoma do Horto Botânico na Faculdade de Farmácia de Coimbra também é certo que ao percorrermos os Anuários da Universidade de Coimbra nos confrontamos com a existência na Escola de Farmácia de um Horto Botânico referido autonomamente relativamente ao Laboratório de História Natural das Drogas. Tudo parece indicar que terá sido desde 1918²⁰. Na Acta do Conselho Escolar de 20 de Novembro de 1917 foi aprovado um orçamento suplementar para o ano-lectivo de 1917/18 sendo uma parte (120\$00) para ajardinar e organizar o horto botânico. Contudo, é justamente a partir dos anos 20 que encontramos maior investimento de verbas no horto botânico e inclusivamente para o pagamento de salários a um jardineiro²¹. Este estado de coisas revela a importância a ser dada na época ao horto botânico sendo de destacar o empenhamento de Manuel José Fernandes Costa na organização e na manutenção do horto considerado por Fernandes Costa como fulcral para a investigação e ensino farmacêuticos.

A Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra foi extinta em 1926. No mesmo Diploma de Extinção, Decreto nº 15365, foram também extintas a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Escola Normal Superior da Universidade de Coimbra²². O ensino farmacêutico em Coimbra continuou, contudo, a sua laboração e em 1932, através do Decreto nº 21853 extinguiu-se a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, criando-se nesta Universidade, e na de Coimbra, Escolas de Farmácia. Apenas restou como Faculdade de Farmácia a da Universidade do Porto²³. Com a reforma de 1932 a Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra manteve

20 - Temos em curso um estudo aprofundado sobre a história da farmacognosia na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra onde se pretendem esclarecer este e outros assuntos relacionados com a vertente institucional. No Anuário da Universidade de Coimbra de 1918/19 surge como estabelecimento da Escola Superior de Farmácia o "Horto Botânico" que tinha como director o então Director da Escola Manuel José Fernandes Costa que surge também como Director do Laboratório de Farmacognosia e do Laboratório de História Natural (Cf. Anuário da Universidade de Coimbra. Ano lectivo de 1918-19. Coimbra: Imprensa Académica, 1919, p. 34).

21 - Veja-se a Acta de 13 de Junho de 1921 que destina para a "organização do horto botânico e salários a um jardineiro" a quantia de 1750\$00 (f. 109 vº). Em 1924/25 o orçamento para o horto botânico foi de 2262\$00.

22 - Esta extinção deve ser entendida dentro das políticas de extinção de cursos universitários operadas pelo Estado Novo.

23 - O curso leccionado nas Escolas era de três anos, designado por "curso profissional" e habilitavam "para o exercício da profissão". O curso da Faculdade de Farmácia do Porto além dos três anos semelhantes aos das Escolas contemplava ainda dois anos complementares que dava acesso ao grau de licenciado. Esta Faculdade ficou a conferir, também, o grau de doutor. Veja-se o Decreto nº 21853, de 8 de Novembro de 1932 (ver Diário do Governo nº 262 de 1932 e Diário de Governo nº 305, de 1932).

um curso geral de Botânica (anual) no 1º ano do curso e a ser leccionado na Faculdade de Ciências; a cadeira de Farmacognosia – 1ª parte (anual) era igualmente do 1º ano; a cadeira de Farmacognosia — 2ª parte (anual) integrava o 2º ano do curso. O mesmo diploma considerava como cadeiras e cursos a serem professados na Escola de Farmácia, entre nove, as duas cadeiras de Farmacognosia. O valor da farmacognosia enquanto área científica era considerado decisivo da formação dos farmacêuticos. A Botânica funcionava como disciplina preparatória fundamental²⁴.

Este estado de coisas manteve-se em moldes semelhantes até 1968, ano de reforma do ensino farmacêutico que restituiu as Faculdades às Universidades do Porto e de Coimbra. O Decreto nº 48696 de 14 de Novembro referia que além de serem reconstituídas as Faculdades o plano de estudos a adoptar era o que vigorava na Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto²⁵.

Nos anos 30, em 1934, foi fundada na Escola de Farmácia de Coimbra o periódico Notícias Farmacêuticas. Tratava-se de uma revista de natureza profissional e científica que traduz bem os trabalhos de investigação realizados na Faculdade e, por conseguinte, no Laboratório de Farmacognosia. Foi neste enquadramento institucional que laboraram Manuel Fernandes Costa, Aloísio Fernandes Costa e José Cardoso do Vale. Manuel Fernandes Costa viveu um período efervescente de instalação da Escola e do curso de Farmácia em moldes semelhantes ao que acontecia para outros cursos da Universidade, trabalhando neste sentido dentro e fora da Universidade; lutou para que a Escola de Farmácia dispusesse de instalações próprias. Aloísio Fernandes Costa e José Cardoso do Vale surgem na Faculdade quando, do ponto de vista institucional, os alicerces estavam já estabelecidos mas quando era absolutamente necessária a afirmação científica. Foi essa a tarefa árdua que tiveram a seus ombros sempre atentos e fazendo ouvir a sua voz em matérias de política universitária, questões pedagógicas e temas de natureza socioprofissional e cívica.

24 - Antes da reforma de 1932 assinala-se a reorganização das Faculdades de Farmácia conferida pelo Decreto nº 18432 de 1930, reforma que vigorou escasso período de tempo e que fazia figurar Botânica Geral no 1º ano; História Natural das Drogas – 1º ano, no 2º ano do curso; História Natural das Drogas — 2º ano, no 3º ano do curso.

25 - A reforma de 1968 foi alterada em 1978. Este período de dez anos e os anos posteriores até à actualidade não foram objecto de estudo dos autores.

MANUEL JOSÉ FERNANDES COSTA: OBREIRO DA CONSOLIDAÇÃO DA ESCOLA DE FARMÁCIA DE COIMBRA E DO LABORATÓRIO DE FARMACOGNOSIA

Manuel José Fernandes Costa nasceu em 25 de Fevereiro de 1870, em Foz de Arouce. Era filho de Francisco José Fernandes e Leopoldina da Conceição Costa. Era irmão de Francisco José Fernandes Costa e Pai do também professor da Faculdade de Farmácia de Coimbra, Aloísio José de Carvalho Fernandes Costa. Após conclusão do curso de farmácia exerceu a profissão em Coimbra²⁶. A sua entrada para a carreira docente na Escola de Farmácia de Coimbra deu-se aquando da elevação do curso de farmácia a superior, após a reforma de 1902. Depois do concurso público foi admitido a professor da Escola de Farmácia tendo sido promulgada a sua nomeação para professor por Decreto de 2 de Maio de 1904.



Fig 2 — Prof. Doutor Manuel José Fernandes Costa (Notícias Farmacêuticas, 1937. Fotografia. Cliché de A. Rasteiro, Coimbra. Foto inserida num número especial da revista, comemorativo do IV Centenário do estabelecimento definitivo da Universidade em Coimbra, 1537-1937.

Ao consultarmos no Arquivo da Universidade de Coimbra a documentação relativa às provas prestadas para concurso por Manuel Fernandes Costa constatamos que a 14 de Março de 1904, pelas 13h30mn, numa sala da Faculdade de Medicina — a sala de medicina operatória do edifício do Museu — teve lugar o que se designava por “acto de interrogação sobre o objecto da dissertação”²⁷. Foram arguentes os Professores Doutores Lúcio Martins da Rocha e Luís dos Santos Viegas que argumentaram o trabalho de Fernandes Costa durante uma hora. O júri era também composto pelos Professores

26 - O seu exercício profissional como farmacêutico em Coimbra (Farmácia do Castelo [?]) é mercedor de esclarecimentos e de pesquisas adequadas. Trata-se de uma faceta que desconhecemos na actividade de Manuel José Fernandes Costa. Com ele trabalhou António Costa que depois em Coja veio a ser proprietário de uma farmácia prestigiada em Coja hoje de nome Farmácia Alva, cuja propriedade e direcção-técnica é da Dr^a Paula Dinis (agradecemos a informação prestada pelo Sr. Dr. Abel Vale).

27 - Sobre a reforma de 1902 ver: PITA, João Rui — *A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.

Doutores Manuel da Costa Alemão (Presidente) e Raimundo da Silva Mota, João Serras e Silva, Ângelo Rodrigues da Fonseca e Elísio de Azevedo e Moura (vogais). Como podemos ver todos professores da Faculdade de Medicina. Esta situação não era de estranhar pois a Escola de Farmácia de Coimbra, à semelhança das Escolas de Lisboa e do Porto, não tinha autonomia, o curso até à reforma de 1902 não era considerado superior e não havia, por conseguinte, quadros superiores farmacêuticos. Deste modo havia o recurso a professores de medicina para constituição do júri.

A dissertação de Manuel José Fernandes Costa intitulava-se *Hypericum Androsæmum, L.* (Coimbra, 1904). Tratava-se de um estudo desenvolvido ao longo de 117 páginas dividido em duas partes. A primeira, de menor dimensão tinha como título “estudo botânico”. A segunda, de maior dimensão, era dedicada ao “estudo químico e fisiológico”. Muitas vezes acontecia que as dissertações de concurso eram revisões de conjunto. Porém, Manuel José Fernandes Costa não se limitou a realizar uma revisão de conjunto. Fez trabalho de laboratório onde contou com a preciosa disponibilidade de dois vultos relevantes da vida científica portuguesa: Júlio Augusto Henriques e a Charles Lepierre. De resto, a eles agradece o apoio concedido e a disponibilidade que tiveram em lhe colocar à disposição os seus laboratórios onde realizou a sua investigação.

Manuel José Fernandes Costa pretendeu estudar uma planta comum em Portugal. Trata-se de um trabalho no âmbito da farmacognosia e que incide de modo particular no seu estudo químico e fisiológico.

No final da dissertação, obedecendo ao regulamento consagrado, Manuel Fernandes Costa sistematizou as teses a defender. Para a 1ª cadeira: “A dosagem dos princípios activos dos medicamentos officinais, denominados heróicos, só pode ter um valor relativo”; 2ª cadeira: “Os óxidos amarelo e vermelho de mercúrio são corpos quimicamente idênticos”; 3ª cadeira: “Os vinhos medicinais preparados com extractos fluidos constituem uma defeituosa forma farmacológica”; 4ª cadeira: “Na pesquisa toxicológica do arsénio prefiro o método de Gautier”. Da defesa do seu trabalho não temos mais informações a não ser as que decorrem da sua classificação e da sua posterior admissão a professor da Escola de Farmácia de Coimbra. As teses a defender eram de acordo com as áreas das cadeiras do curso.

Manuel José Fernandes Costa, por concurso, ingressou como professor da 1ª cadeira da Escola de Farmácia da Universidade de

Coimbra (Decreto de 2 de Maio de 1904). Tomou posse do cargo em 14 de Maio de 1904, tendo entrado em exercício nesta mesma data.

Manuel José Fernandes Costa na Escola de Farmácia desempenhou diversos cargos e tornou-se numa figura marcante da vida escolar. O seu papel foi decisivo na consolidação da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra após a reforma de 1902. Até à sua jubilação em 25 de Fevereiro de 1940, Manuel José Fernandes Costa manteve o seu papel de dinamizador da Escola, ocupando uma tarefa de liderança em momentos difíceis de obtenção de instalações e de planos de estudos farmacêuticos que dignificassem a profissão e na valorização da área da história natural, em particular a história natural das drogas e a valorização do horto botânico. Fernandes Costa manteve uma articulação entre o professor, o farmacêutico, o político e o homem de cultura mesmo para lá da jubilação. Repartiu-se entre Coimbra e Coja onde também veio a estabelecer residência. Faleceu em 27 de Dezembro de 1952.

Na Escola de Farmácia foi Director eleito em Conselho de 26 de Outubro de 1911, tendo sido confirmado novamente no cargo em 1914, 1918, 1925, 1926. Foi eleito para o Senado da Universidade de Coimbra em 26 de Outubro de 1911. Foi agregado à Comissão encarregada de rever o decreto com força de lei de 26.5.1911 (Despacho de 16 de Janeiro de 1915). Foi relator do projecto de reforma do ensino farmacêutico e do exercício profissional, apresentado ao Governo. Foi relator do projecto de reorganização das Escolas de Farmácia apresentado à comissão nomeada pelo Ministro da tutela. Foi o relator do projecto de lei de transformação das Escolas de Farmácia em Faculdades. Em 1921, pelo facto da Escola ter passado a Faculdade foi-lhe dada equiparação a douramento. Em 1926 foi nomeado Director do Laboratório e Horto Botânico da Faculdade de Farmácia e ficou encarregado da Direcção do Laboratório de Farmácia Galénica em 1931. Foi Director em simultâneo dos Laboratórios de Farmacognosia e de Farmácia Galénica até à sua jubilação em 25 de Fevereiro de 1940. Foi nomeado Secretário da Faculdade de Farmácia (Decreto de 11 de Maio de 1929).

Passou à situação de adido após a extinção da Faculdade de Farmácia em 1928 com prorrogação até 1932. Foi nomeado professor efectivo de Farmacognosia da Escola de Farmácia em 1932. No ano seguinte foi nomeado Secretário da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra, em 1933. Foi nomeado Bibliotecário da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra em 1937 e recon-

duzido em 1939 por mais um biénio. Foi Vogal do júri dos exames de aptidão a Farmácia, em 1937/1938.

Foi Reitor interino da Universidade de Coimbra por diversas vezes e em situações de provisórias e de excepção: 1919 (pontualmente) 1921 (pontualmente) e 1924/1925 (cerca de um ano).

Manuel José Fernandes Costa ensinou essencialmente disciplinas do âmbito da farmacognosia mas também algumas da área da bromatologia e da farmácia galénica tendo sido professor de, entre outras disciplinas, História Natural das Drogas, Zoologia Farmacêutica, Bromatologia e Análises Bromatológicas, Farmacognosia e Farmácia Galénica.

Deixou-nos alguns trabalhos publicados sobretudo no *Notícias Farmacêuticas*, revista científica e profissional da Escola de Farmácia fundada em 1934. Assinou artigos sob o pseudónimo de Omega e também de Myrtus. Entre os trabalhos publicados, assinalem-se "Passatempo farmaco-naturalista. Plantas vulgares de ornamentação de acção venenosa" (1934), "Ao tabuleiro do gamão. As águas coradas das farmácias como motivo decorativo" (1934-35), "Diversos atributos e emblemas da farmácia e da medicina" (1935), "Exercício ilegal da farmácia. Lá e cá..." (1935), "Esclarecendo" (1935), "O 'Laboratório do farmacêutico'" (1935), "Um caso delicado de exercício profissional" (1935/36), "Uma portaria notável" (1936), "Comentando" (1936), "Acêrca da substituição da cânfora natural pela cânfora sintética no óleo canforado injectável" (1936), "A propósito dum artigo sobre incompatibilidades farmacêuticas" (1936/37), "O edifício da Escola Superior de Farmácia de Coimbra e as suas instalações" (1937), "Novo conceito de óleo de fígado de bacalhau" (1944), "Justa e merecida homenagem" (1946)²⁸.

Paralelamente ao ensino e ao exercício de farmácia, Manuel José Fernandes Costa exerceu actividade política. Republicano, maçom, foi deputado à Assembleia Nacional Constituinte de 1911 pelo Círculo de Arganil. Em 1919 voltou novamente a ser deputado eleito pelo Partido Evolucionista. Em 1921 foi eleito senador pelo Partido Liberal, por Coimbra.

Pensamos que Manuel José Fernandes Costa teve com a Escola e depois Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra preocupações essencialmente organizativas e administrativas. Julgamos que o principal combate de Manuel José Fernandes Costa foi o de

28 - Veja-se a sistematização destas publicações em PITA, João Rui — *A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009.

pugnar por instalações próprias para a Escola e a de reivindicar uma melhor e mais científica formação para os farmacêuticos portugueses. Mas também vincando a importância de um laboratório adequado de farmacognosia e de um horto botânico compatível com os avanços da época naquele campo do saber. Se eram esses os seus principais objectivos enquanto professor e dirigente da Escola então foram inteiramente conseguidos. As palavras do antigo professor da Escola José Cipriano Rodrigues Dinis ao referir-se à vida de trabalho e de combates árduos de Manuel Fernandes Costa foram as seguintes: “foi uma luta intensa e tenaz em que o prof. Fernandes Costa, de extraordinário optimismo, animador, estava sempre cónscio de que um espírito de justiça nos levaria a conseguir o nosso desideratum”²⁹. São esclarecedoras e reflectem o sentido de missão pelos ideais republicanos, pelo prestígio da ciência e da profissão farmacêuticas e pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

ALOÍSIO FERNANDES COSTA E A AFIRMAÇÃO CIENTÍFICA DO LABORATÓRIO DE FARMACOGNOSIA DA FACULDADE DE FARMÁCIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Aloísio José de Carvalho Fernandes Costa nasceu em Foz de Arouce, Lousã no dia 19 de Agosto de 1906³⁰. É outra personalidade relevante da vida científica portuguesa, no campo da farmacognosia, e da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. Era, justamente, filho de Manuel José Fernandes Costa e de sua esposa, Maria Carolina Augusta de Carvalho Fernandes Costa. Faléceu em Coimbra em 1980.



Fig 3 — Prof. Doutor Aloísio Fernandes Costa
(Boletim da Faculdade de Farmácia, 1969)

29 - DINIS, José Cipriano Rodrigues — Prof. Doutor Manuel José Fernandes Costa. In: Notícias Farmacêuticas, nº 5-7 (1940) p. 201. PITA, João Rui — Para a história do ensino farmacêutico em Portugal nos séculos XVIII e XIX: da Matéria Médica à História Natural das Drogas — O caso específico da Universidade de Coimbra. In: Munda, nº 28 (1994) p. 29-42.

30 - Aloísio Fernandes Costa repartiu-se entre Coimbra e Coja, Nesta vila passava sobretudo tempo de férias numa casa que fora de seu sogro (agradecemos a informação concedida pelo Dr. Abel Vale).

Aloísio Fernandes Costa matriculou-se na Universidade de Coimbra, na Faculdade de Ciências no ano lectivo de 1924/25. Nesta Faculdade frequentou disciplinas comuns a Ciências e Farmácia e, assim, muito naturalmente, licenciou-se em Farmácia em 1929 e em Ciências em 1931, justamente num período quando havia sido já declarada a extinção da Faculdade de Farmácia de Coimbra. Teve a nota final de 17 valores. Assinale-se que na Faculdade de Ciências optou pela secção de Ciências Biológicas tendo estagiado no Laboratório de Sistemática (Herbário).

Em 1930 Aloísio Fernandes Costa foi contratado como Assistente da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra e em 1933 atingiu o lugar de Professor Agregado tendo regido aulas práticas de farmacognosia. Pouco tempo depois, no ano-lectivo de 1934/35, foi encarregado de reger as aulas teóricas de Farmacognosia I Parte, tendo leccionado até cerca de dez anos depois, até Março de 1944, as suas aulas práticas. Entretanto, em 1940 (desde 26 de Fevereiro) iniciou o ensino de Farmacognosia II Parte, tanto teórico como laboratorial. Em 1943 foi nomeado Professor Extraordinário do Grupo de História Natural e Farmácia, onde se encontrava afecta a disciplina de Farmacognosia. Por deliberação do Conselho Escolar de 29 de Abril de 1944 foi nomeado Director do Laboratório de Farmacognosia. Manteve-se a liderar a instituição até à sua aposentação. Os anos 40 foram muito marcantes para a saúde de Aloísio Fernandes Costa que mostrou algumas fragilidades o que não o impediu de em 7 de Setembro de 1970 tomar posse do lugar de Professor Catedrático da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra³¹.

Aloísio Fernandes Costa foi um membro com enorme actividade na Escola / Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra no século XX que se traduzia numa grande produtividade. Além de professor desempenhou outras funções como as de Secretário e Bibliotecário, outras como membro das comissões de exames de aptidão e ainda delegado dos professores da Faculdade ao Senado, nomeado para júris de concursos para professores extraordinários em Lisboa, Porto e Coimbra.

A sua dupla formação em ciências e farmácia não terão sido alheias aos seus interesses de investigação — a farmacognosia. Também não terá sido estranho a este processo de interesse pela farmacog-

31 - No mesmo dia tomaram posse como posse Professores Catedráticos da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra José Ramos Bandeira, Aloísio Fernandes Costa, José Cardoso do Vale e André Campos. Dada a condição de Escola até 1968 só foi possível a subida a Professores Catedráticos após a restauração da Faculdade em 1968.

nosia o facto de seu Pai ser professor da cadeira na Escola de Farmácia e ainda o interesse da Escola em desenvolver esta área científica. Desenvolveu trabalhos de investigação com vista a doutoramento sobre plantas aromáticas portuguesas, tendo obtido em 1946, na Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, o seu doutoramento intitulado: "Subsídios para o Estudo das Plantas Aromáticas Portuguesas. Algumas espécies de *Thymus L.* (*T. zygis subsp. sylvestris* (Hoffmans. & Link) Brot.; *T. zygis var. gracilis* Boiss.; *T. mastichina L.*; *T. caespitosus* Brot.; *T. capitellatus* Hoffmans. & Link; *T. villosus L.*).". Trata-se de um estudo laboratorial realizado no Laboratório de Farmacognosia da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo o autor caracteriza algumas essências de "espécies peninsulares do género *Thymus L.*"; o segundo capítulo intitula-se "Composição química das essências da *Thymus L.*"; o capítulo terceiro intitula-se "Os métodos analíticos"; o quarto capítulo tem como título "Estudos de algumas essências peninsulares"; no último capítulo Aloísio Fernandes Costa aborda as "Relações entre a composição química e a taxonomia do género *Thymus L.*"³².

Ao longo da sua carreira universitária, Aloísio Fernandes Costa realizou um trabalho profícuo de investigação científica no domínio da farmacognosia. Os seus estudos sobre a flora aromática portuguesa, bem como as investigações realizadas sobre a flora africana das ex-colónias portuguesas são marcantes da sua obra.

Identificámos de sua autoria ou co-autoria perto de uma centena de publicações. É autor de diversos artigos científicos e de revisão publicados em revistas científicas diversas portuguesas e estrangeiras como: *Boletim da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra*, *Notícias Farmacêuticas*, *Boletim da Sociedade Broteriana*, *Garcia de Orta*, *Perfumery and Essential Oil Record (London)*³³. Vários destes estudos são publicados em colaboração com o seu colega José Cardoso do Vale. Vários dos estudos são subsidiados pelo Fundo Sá Pinto (a partir dos anos 40), na generalidade trabalhos laboratoriais onde se valoriza a flora farmacêutica das ex-colónias portuguesas incentivando-se muitas vezes à sua cultura, estudos botânicos e farmacêuticos, sendo isto traduzido em riqueza científica

32 - Veja-se a tese de doutoramento de Aloísio Fernandes Costa: *Subsídios para o estudo das plantas aromáticas portuguesas. Algumas essências de Thymus L.*, Coimbra: Edição do Autor, 1945.

33 - Uma bibliografia de Aloísio Fernandes Costa pode ser consultada em: *Vida e obra do Prof. Dr. Aloísio Fernandes Costa, 1906-1980*. In: *Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra*. N.º 3-4 (1979) p. 5-21.

e económica para o nosso país. Mas também teve outras fontes de financiamento para os trabalhos de investigação e para o laboratório de farmacognosia. Para além do aproveitamento das verbas habituais destinadas às Faculdades, Aloísio Fernandes Costa trouxe para o Laboratório de Farmacognosia apoios do Instituto de Alta Cultura, do Instituto Nacional de Investigação Científica, da Fundação Calouste Gulbenkian, dos Planos de Fomento, etc. Merece ser salientado o esforço que realizou para aumentar as instalações do laboratório e de o equipar com o que na época eram os aparelhos mais actuais³⁴. Estava dado o passo decisivo para a transformação de uma um laboratório que era essencialmente para aulas num laboratório de investigação.

Entre os livros que publicou destaquem-se: *O problema das quininas* (1944), os *Elementos da flora aromática* (1975) mas, sobretudo, a sua obra em três volumes intitulada *Farmacognosia*.

A obra *Farmacognosia*, editada pela Fundação Calouste Gulbenkian, foi publicada pela primeira vez em dois volumes (1964 e 1967). O 1.º volume teve uma tiragem de 1000 exemplares (300 encadernados e 700 brochados) e o 2.º volume teve uma tiragem de 2000 exemplares, sendo 1000 encadernados e 1000 brochados. A recepção da obra foi altamente positiva. Tratava-se do primeiro tratado moderno de farmacognosia redigido por um professor e cientista português. Obra de consulta obrigatória em Portugal, tanto para cientistas como para professores e alunos. Por isso não é de estranhar que a 2.ª edição do primeiro e do segundo volume tenham tido outras edições corrigidas e aumentadas. Assim aqueles volumes foram reeditados, respectivamente, em 1968 e 1978. Mais tarde, em 1975 surgiu a 3.ª edição do 1.º volume e em 1972 foi publicado pela primeira vez um terceiro volume da obra tendo Aloísio Fernandes Costa para a redacção deste novo volume uma licença sabática entre 1 de Outubro de 1971 a 31 de Março de 1972.

No preâmbulo do Volume 1 (1.ª edição) o autor explica quais os objectivos da farmacognosia. Assim, refere o seguinte: "O estudo da Farmacognosia exige conhecimentos fundamentais das três ciências em que se baseia: Botânica, Química Orgânica e Farmacodinamia". Ao colocar como exigências fundamentais aquelas três áreas do saber compreende-se facilmente a estrutura da obra e também a estrutura que segue ao descrever cada fármaco. Depois de referir qual o âmbito e objectivos da farmacognosia, Aloísio Fernan-

34 - Veja-se: *Vida e obra do Prof. Dr. Aloísio Fernandes Costa, 1906-1980*. In: *Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra*. N.º 3-4 (1979) p. 13-14.

des Costa organizou a obra de acordo com um critério químico de classificação dos fármacos de acordo com a natureza química dos seus constituintes. Para Aloísio Fernandes Costa este critério químico era muito importante para tornar a obra mais pedagógica e fácil de consultar. Referia ainda que o conhecimento dos constituintes químicos que justificam as propriedades farmacológicas dos produtos em questão condição essencial para o ensino da farmacognosia. Dentro de cada grupo químico Aloísio Fernandes Costa apresenta diversos exemplos de fármacos afectos àquele grupo. As monografias dos diferentes fármacos incluídos na obra apresentam uma descrição botânica muito cuidada (à qual não é estranha a formação do autor) com indicação do nome científico com respectivo autor e família, distribuição geográfica, partes utilizadas, processo de obtenção dos fármacos, exames micro e macroscópico algumas vezes com apresentação de ilustrações, principais compostos, utilizações terapêuticas e, frequentemente, uma lista de bibliografia relevante.

Quase se pode dizer que esta obra de Aloísio Fernandes Costa apenas podia ser redigida por alguém que detivesse consistentes conhecimentos de química e também de botânica no campo da sistemática e da nomenclatura³⁵.

Entre as várias comunicações e conferências que realizou, sublinhem-se entre várias as diferentes intervenções que realizou nas *Lições de interesse colonial* realizadas na Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra e cujo primeiro ciclo se iniciou em 1939. Também nestas conferências Aloísio Fernandes Costa destaca o valor dos estudos laboratoriais a realizar em plantas medicinais africanas, sendo estes produtos uma importante fonte de riqueza para o nosso país e de prosperidade para a indústria farmacêutica. No primeiro ciclo (1939), por exemplo, Aloísio Fernandes Costa apresentou a lição "Importância industrial e terapêutica de algumas oleaginosas coloniais" em que destacou, por exemplo, a importância da produção dos óleos de rícino e de palma.

Aloísio Fernandes Costa foi membro de diversas sociedades científicas nacionais e estrangeiras como: Sociedade Broteriana, Sociedade Portuguesa de Química, Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, Sociedade de Química Biológica, Associação Brasileira de Farmacêuticos, Academia Nacional de Farmácia do Brasil.

35 - Deve salientar-se que várias das ilustrações da obra são referidas pelo autor com a palavra "original". Colocamos a hipótese que sejam de sua autoria. Deve salientar-se que o pormenor e o rigor dos desenhos mostram que quem os realizou tinha significativos conhecimentos de botânica.

Alguns dos seus estudos foram apresentados em Congressos como: Congresso da Actividade Científica Portuguesa, Comemorações do II Centenário do Nascimento de Brotero, Congresso Luso-Espanhol para o Avanço das Ciências, Congresso Luso-Espanhol de Farmácia.

JOSÉ CARDOSO DO VALE, A FARMACOGNOSIA E AS AFINIDADES PARA OUTRAS ÁREAS



Fig 4 — Prof. Doutor José Cardoso do Vale
(Boletim da Faculdade de Farmácia, 1969)

José Baeta Cardoso do Vale é outro nome relevante da história da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra do século XX. Era natural de Coja, concelho de Arganil, onde nasceu a 22 de Janeiro de 1911. Era filho de Alberto Maia e Cruz do Vale e Maria Adelaide Cardoso do Vale. Casou com Maria Helena Costa que viria a adoptar o nome do marido — Cardoso do Vale e que era irmã de Aloísio Fernandes Costa e, por isso, filha de Manuel José Fernandes Costa. Do casamento houve três filhos: José, Abel e Maria Margarida. Faleceu em 11 de Maio de 2010³⁶.

José Cardoso do Vale realizou o ensino secundário no Liceu José Falcão, em Coimbra, entre os anos-lectivos de 1924/25 e 1931/32. No ano-lectivo de 1932/33 realizou os preparatórios médicos na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra e em 1933/34 ingressou na Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra tendo concluído o curso (três anos) em 1936 com a classificação final de 15 valores. Em 1936/37: matriculou-se na Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto para prosseguir os estudos com vista à obtenção da licenciatura. Em 1938 concluiu a licenciatura com a média de 15 valores.

36 - José Cardoso do Vale era irmão de Fernando Vale (1900-2004) conhecido e prestigiado médico e político português, um dos fundadores do Partido Socialista.

José Cardoso do Vale frequentou o ensino farmacêutico já com a estabilização e a reforma que se havia operado em 1932; por isso realizou obteve o curso profissional em Coimbra e a licenciatura no Porto.

Nesse mesmo ano começou a desempenhar funções na então Escola de Farmácia de Coimbra. Em 1938 foi (Despacho de 9/11/1938); em 1944 foi contratado como Assistente (Despacho de 8/3/1944); em 1950 concluiu as provas para a obtenção do título de agregado e neste ano iniciou as funções de 1º Assistente (Despacho de 24/5/1950); em 1959 é Professor Extraordinário (Despacho de 18/4/1959); três anos depois, por Portaria de 12 de Maio de 1962, foi provido definitivamente neste mesmo cargo; em 7 de Setembro de 1970, José Cardoso do Vale tomou como Professor Catedrático da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra³⁷ (Despacho de 27/7/1970), jubilando-se em 1981.

Desde o início da sua carreira que José Cardoso do Vale esteve afecto ao Grupo da História Natural e ao ensino da farmacognosia. Em 1946 passou a ensinar a cadeira teórica de Técnica Farmacêutica e de Farmácia Galénica 1º Semestre. Deste modo os seus interesses pedagógicos e também científicos alargaram-se para além da farmacognosia o que teve também alguns reflexos nas suas publicações. É de sublinhar, também, que a partir de 1969/70 passou a reger a cadeira de Bromatologia e Análises Bromatológicas. No final da sua carreira os interesses pelo ambiente e pela ecologia também despertaram a atenção de José Cardoso do Vale.

Além da sua profícua actividade docente desempenhou outras funções dentro da instituição relacionadas com a actividade administrativa e com a actividade pedagógica. Entre vários, refira-se que foi representante dos Assistentes da Escola de Farmácia na Assembleia Geral a Universidade de Coimbra e na eleição do seu delegado ao Senado da Universidade de Coimbra em 1944/45 e 1947/48; foi secretário da Escola de Farmácia; foi vogal e presidente de júri de exames de aptidão ao curso de Farmácia; dirigiu o Laboratório de Farmacognosia; e presidiu à Comissão de Gestão da Faculdade de Farmácia no período revolucionário na sequência da revolução de 25

37 - Com Despacho da mesma data de 27 de Julho de 1970 e tomada de posse em 7 de Setembro de 1970 ascenderam a Professores Catedráticos da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra José Ramos Bandeira, Aloísio Fernandes Costa, José Cardoso do Vale e André Campos. Dada a condição de Escola até 1968 só foi possível a subida a Professores Catedráticos após a restauração da Faculdade em 1968.

de Abril de 1974³⁸ embora tenha pedido a exoneração do cargo por verificar que não se cumpriam o que considerava ser os requisitos mínimos de organização e de justiça³⁹. A sua presença neste cargo em período de notáveis conflitos institucionais, bem como algumas tomadas de posição realizadas por José Cardoso do Vale sublinham a idoneidade e a honestidade intelectual, o seu valor enquanto cientista, pedagogo e homem de cultura⁴⁰.

Integrou júris de concurso para professores extraordinários, sendo de sublinhar os júris de André da Silva Campos Neves e de António Correia Alves, o primeiro da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra e o segundo da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto. Integrou ainda os júris de concurso para professores agregados da Escola de Farmácia da Universidade de Lisboa de António de Almeida Pires Rodrigues e de João Adriano Borralho da Graça. Esteve presente, ainda, nos júris de concurso para professores extraordinários de Silva Costa e de Borralho da Graça. Integrou, ainda, júris de doutoramento como seja o de A.M. da Cunha Pinto.

José Cardoso do Vale legou-nos um número avultado de publicações. Cerca de uma centena⁴¹. A maior parte no domínio da farmacognosia e muitas em colaboração sendo de destacar os trabalhos com Aloísio Fernandes Costa. Publicou estudos laboratoriais e revisões de conjunto. Publicou no *Notícias Farmacêuticas*, no *Boletim da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra*, *Garcia de Orta*, *The Perfumery and Essential Oil Record*, *Revista Portuguesa de Farmácia*. Alguns dos estudos tiveram o financiamento do Fundo Sá Pinto⁴² e José Cardoso do Vale menciona os seus trabalhos como integrantes dos projectos de investigação da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra financiados pelo Instituto de Alta Cultura e de outras instituições.

38 - Veja-se: *Anuário da Universidade de Coimbra*, 1974-1975. Coimbra: 1976, p. 401.

39 - Em documento policopiado José Cardoso do Vale dá conta das razões que o levaram a solicitar a exoneração do cargo.

40 - Está em estudo o arquivo pessoal de José Cardoso do Vale e que nos permitirá avaliar várias das suas facetas de cientista, pedagogo, homem de cultura, para além da sua consciência cívica e política.

41 - Temos em curso análise bibliométrica de José Cardoso do Vale.

42 - O Fundo Sá Pinto era gerido pela Universidade e correspondia a uma parte de um legado feito pelo milionário e filantropo Alexandre Sá Pinto (1835-1926) que foi um emigrante português no Brasil e na Argentina e que fez doações a várias instituições, entre elas a Universidade de Coimbra (veja-se, por exemplo, "Projecto Marcas das Ciências e das Técnicas pelas ruas de Lisboa" (<http://marcasciencias.fc.ul.pt/pagina/fichas/sujeitos/todos?id=342>) Consultado em 04.Ago.2013.

Os estudos publicados incidem sobre plantas portuguesas e sobre as plantas africanas com propriedades medicinais, sublinhando-se os estudos sobre óleos essenciais⁴³. Também se devem sublinhar os estudos publicados sobre alimentos e sobre questões ecológicas. Neste particular deve-se referir a liderança de José Cardoso do Vale de uma linha de investigação afecta ao Centro de Estudos Farmacêuticos da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra financiado pelo INIC – Instituto Nacional de Investigação Científica intitulada “Estudo de novos métodos para caracterização higiénico-sanitária de alimentos. Detecção de estafilococos entero-tyóxicos e das suas toxinas”⁴⁴. Também são de referir as suas publicações no *Boletim da Faculdade de Farmácia* intituladas “Ecologia e Meio Ambiente — Ciclos Biogeoquímicos — Cadeias Alimentares — Poluição” que havia mais tarde de adaptar a livro.

No seu Curriculum Vitæ assinalam-se, igualmente, algumas publicações que o autor considerava como didácticas. Um dos casos mais relevantes é a publicação da sua obra *Comprimidos* (1968) e também uns *Apontamentos de Farmácia Galénica* (1º semestre), I e II volumes (1970). Assinalem-se, também, por exemplo, A linguagem em tecnologia farmacêutica (artigo publicado Boletim da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra – Edição didáctica *Notícias Farmacêuticas*, 1969).

Nos cursos de férias, bem como noutras organizações da Faculdade de Farmácia José Cardoso do Vale era figura marcante ministrando temas plenos de actualidade científica.

As reflexões sobre a Universidade, o ensino universitário e o ensino farmacêutico também constituíram uma preocupação para José Cardoso do Vale que publicou alguns estudos em colaboração. Nestes revela, por um lado, enorme actualidade científica e institucional e, por outro lado, um sentido relevante da necessidade da profissão e ciências farmacêuticas. Sublinhava a necessidade de renovação no ensino⁴⁵.

José Cardoso do Vale integrou comissões científicas e orga-

nizadoras de várias reuniões farmacêuticas. Foi o caso de algumas edições das Jornadas Farmacêuticas Portuguesas, iniciativa de larga repercussão da comunidade farmacêutica portuguesas.

José Cardoso do Vale contribuiu, efectivamente para a consolidação do Laboratório de Farmacognosia da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra após a fase inicial de instalação alcançada sobretudo pela mão de Manuel José Fernandes Costa. Juntamente com seu cunhado Aloísio Fernandes Costa, foram os responsáveis pela dinamização científica inicial do Laboratório de Farmacognosia da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra sendo de sublinhar, também, embora como área complementar aos seus interesses principais os estímulos que deu ao ensino da bromatologia na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

CONCLUSÕES

Manuel José Fernandes Costa lançou os alicerces da instituição e a planeou do ponto de vista formal, administrativo e organizacional o Laboratório de Farmacognosia e, em certa medida, a própria Escola de Farmácia nas duas primeiras décadas do século XX, Aloísio Fernandes Costa e José Cardoso do Vale contribuíram especificamente para a consolidação científica do laboratório, estabelecimento de projectos de pesquisa, programas de investigação e dinamização da actividade científica enquadrada nas exigências estabelecidas na época. Manuel José Fernandes Costa, Aloísio Fernandes Costa e José Cardoso do Vale são por isso três vultos incontornáveis da história da ciência e da história da farmácia portuguesa. Os seus nomes cruzam-se não só por afinidades familiares, mas também por relações científicas, profissionais e por estreita ligação a Coja e ao concelho de Arganil.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas:

Arquivo da Universidade de Coimbra

COSTA, Aloísio José de Carvalho Fernandes - [Processo de professor] (IV-S1*D-E6-T2)

COSTA, Manuel José Fernandes Costa — [Processo de professor] (AUC-IV-1ºD-E.6-T.3-Cx49)

VALE, José Baeta Cardoso do - [Processo de professor] (IV-S1*D-E9-T2-nº370)

43 -Na colecção de fármacos existente na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (actualmente em fase de reorganização), fica bem clara esta articulação entre as colecções, a investigação realizada e o ensino.

44 - Veja-se, por exemplo, *Anuário da Universidade de Coimbra, 1980-1981. Coimbra: 1983. p. 353.*

45 - O estudo que temos em curso sobre parte do arquivo de José Cardoso do Vale irá permitir-nos investigar mais profundamente sobre o impacto dos seus trabalhos científicos, redes de relações estabelecidas, entre outros pontos essenciais para a compreensão do homem de ciência e pedagogo.

Faculdade de Farmácia

Livros de Actas da Escola / Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (1903-1930)

Arquivo Particular da Família do Prof. Doutor José Cardoso do Vale

Pastas diversas com documentos avulso

Fontes impressas:

Anuário da Universidade de Coimbra (1901/02 a 1980/81)

Boletim da Escola de Farmácia (continuado por Boletim da Faculdade de Farmácia, 1940-1981)

COSTA, Aloísio José de Carvalho Fernandes — Curriculum Vitae. Coimbra: Edição do Autor, 1945.

COSTA, Aloísio José de Carvalho Fernandes — Subsídios para o estudo das plantas aromáticas portuguesas. Algumas essências de Thymus L. Coimbra: Edição do Autor, 1945.

COSTA, Manuel José Fernandes — Hypericum Androsæmum, L. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1904.

FONSECA, Manuel das Dores Tello da — História da Farmácia Portuguesa através da sua legislação. 1ª ed. Porto: Emp. Industrial Gráfica do Porto, Lda, 1936. Vol. 2.

Notícias Farmacêuticas (1934-1954)

Bibliografia:

BANDEIRA, José Ramos — Instalações de ensino farmacêutico na cidade universitária de Coimbra. In: Boletim da Escola de Farmácia de Coimbra. Nº 15-16 (1955-1956) p.94-101.

BANDEIRA, José Ramos — Bosquejo histórico do ensino de farmácia em Portugal. In: Boletim da Faculdade de Farmácia. Nº 33 (1973) p. 31-39.

BROJO, A. Pinho; REBELO, Maria de Lourdes, PITA, João Rui (Organização) — Farmácia. Ciência e Universidade. A fundação da Faculdade de Farmácia de Coimbra em 1921. Coimbra: Minerva, 2000.

CABRAL, Célia; SALGUEIRO, Lígia; PITA, João Rui — Aloísio Fernandes Costa (1906-1980): seu contributo para a divulgação da flora medicinal do Brasil. In: FIOLEHAIS, Carlos; SIMÕES, Carlota; MARTINS, Décio — Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências. Universidade de Coimbra, 26 a 29 de Outubro de 2011. Livro de Actas. Coimbra: 2011, p. 866-877.

CABRAL, Célia; SALGUEIRO, Lígia; PITA, João Rui — Retratos de farmacognosia (séculos XIX-XX) – Faculdade de Farmácia, Universidade de Coimbra / Portraits of pharmacognosy (XIX-XX centuries) – Faculty of Pharmacy, University of Coimbra. Coimbra: CEF/CEIS20, 2013

CABRAL, Célia; PITA, João Rui; SALGUEIRO, Lígia — Plantas medicinais: entre o passado e o presente. A colecção de fármacos vegetais da faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (séculos XIX-XX). Coimbra: Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra / CEF/ CEIS20, 2013.

CUNHA, Guilherme de Barros e — O ensino farmacêutico na Universidade de Coimbra.

Sua criação e evolução até à reforma de Hintze Ribeiro (1902). In: Notícias Farmacêuticas. Nº 4 (1-2) (1937) p. 67-89.

DIAS, J.P. Sousa — A Farmácia em Portugal - uma introdução à sua história, 1338-1938. Lisboa: Associação Nacional das Farmácias, 1994.

DINIS, José Cipriano Rodrigues — O ensino farmacêutico na Universidade de Coimbra. Sua evolução desde 1902 até à reforma de 1932. Notícias Farmacêuticas. Nº 4 (3-4) (1938) p. 129-204.

DINIS, José Cipriano Rodrigues — Prof. Doutor Manuel José Fernandes Costa. In: Notícias Farmacêuticas. Nº 5-7 (1940) p. 193-203.

ESTEVE DE SAGRERA, Juan — Historia de la farmacia: Los medicamentos, la riqueza y el bienestar. Barcelona: Masson, 2005.

FLORES, Leonor; CUNHA, G. Barros e; BANDEIRA, José Ramos; COSTA, Aloísio Fernandes — Os nossos Mestres. Notícias Farmacêuticas. Nº 4 (1937-1938) p. 211-250.

PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui — Liturgia higienista no século XIX — pistas para um estudo. Revista de História das Ideias, Coimbra. Nº 15 (1993) p. 437-559.

PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui — Ciências. In: MATTOSO, José (dir.) — História de Portugal, vol. 5. O Liberalismo (1807-1890), Coordenadores: TORRAL, Luís Reis; ROQUE, João Lourenço, Círculo de Leitores, 1993, p. 652-667.

PITA, João Rui — Para a história do ensino farmacêutico em Portugal nos séculos XVIII e XIX: da Matéria Médica à História Natural das Drogas — O caso específico da Universidade de Coimbra. In: Munda, nº 28 (1994) p. 29-42.

PITA, João Rui — Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836). Coimbra: Livraria Minerva, 1996.

PITA, João Rui — História da farmácia. Coimbra: Minerva Coimbra, 2007.

PITA, João Rui — A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911). Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.

PITA, João Rui; BROJO, A. Pinho — Subsídios para a História do ensino farmacêutico na Universidade de Coimbra, no período de 1902 a 1988. In: Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra. Nº 13 (1) (1989) p. 7-35.

PITA, João Rui; BROJO, A. Pinho — A Casa dos Melos-Subsídios para a História da Faculdade de Farmácia de Coimbra. Medicamento, História e Sociedade. Nº 4 (10) (1989) p.1-6.

PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor — Saberes e micropoderes às portas do séc. XX. Na rota da identidade farmacêutica: o caso coimbrão. In: PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor (Coord.) — Rotas da Natureza. Cientistas, viagens, expedições e instituições. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2006, p. 169-174.

PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor — Ciência e império: alimentos, medicamentos e venenos no periódico Notícias Farmacêuticas (1930-1950). In: DIOGO, Maria Paula; AMARAL, Isabel Maria — A outra face do Império. Ciência, Tecnologia e Medicina (Sécs. XIX-XX). Lisboa: Edições Colibri, 2012, p. 49-63.

PUERTO SARMIENTO, Francisco Javier — El mito de Panacea. Compendio de Historia

de la Terapéutica y de la Farmacia. Madrid: Doce Calles, 1997.

RODRIGUES, Manuel Augusto — Memoria Professorum Universitatis Conimbrigenis.
Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992.

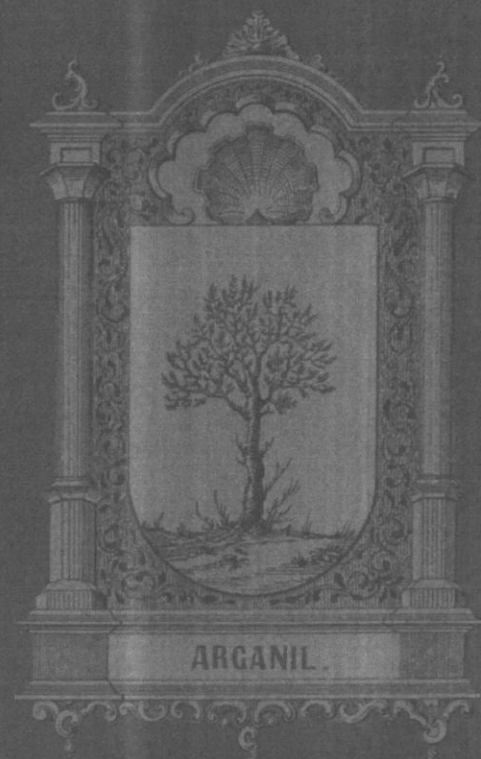
SONNEDECKER, Glenn — Kremer's and Urdang's History of Pharmacy. 4ª ed., Madison:
American Institute of the History of Pharmacy, 1986.

Vida e obra do Prof. Dr. Aloísio Fernandes Costa, 1906-1980. In: Boletim da Faculdade de
Farmácia de Coimbra. Nº 3-4 (1979) p. 5-21.

AGRADECIMENTOS:

Os autores agradecem aos três filhos do Professor Doutor José Cardoso do Vale as facilidades concedidas para a consulta de alguns documentos do arquivo pessoal e muito em particular ao Senhor Dr. Abel Vale pelos esclarecimentos prestados.

Encontros sobre a
HISTÓRIA
do Concelho de Arganil



FICHA TÉCNICA

Título
Encontros Sobre a História do Concelho de Arganil

Organização
Câmara Municipal de Arganil

Coordenação da Edição
Biblioteca Municipal de Arganil – Miguel Torga

Capa e Design Gráfico
Gabinete de Informática da Câmara Municipal de Arganil

Impressão e acabamento
Tipografia Viseense

Edição
Câmara Municipal de Arganil
1ª Edição, Arganil, Novembro de 2014

Tiragem
400 Exemplares

Depósito Legal
384389/14

ISBN: 978-972-98693-5-8

“Encontros sobre a História do Concelho de Arganil”

A organização dos “Encontros sobre a História do Concelho de Arganil” visou, em primeira instância, compreender melhor a história do nosso Concelho, nas suas diferentes dimensões, contando com a colaboração inestimável de personalidades com ligações à nossa terra ou que dedicaram uma parte da sua vida a estudar temáticas a ela associadas.

Neste contexto, a publicação em livro de todos esses contributos, no ano em que Arganil comemora os novecentos anos do seu primeiro Foral e os quinhentos anos do Foral Manuelino, é um importante instrumento de valorização do estudo e da partilha do conhecimento sobre a história do Concelho de Arganil.

Não podemos deixar de agradecer a todos os que direta, ou indiretamente, contribuíram para a elaboração deste livro, que agora fica disponível para as gerações vindouras, e, sobretudo, aos Arganilenses, verdadeiros protagonistas de uma história que nos orgulha e que é a base inspiradora de um Futuro que, juntos, queremos continuar a construir.

Ricardo Pereira Alves

Presidente da Câmara Municipal